



## CONSELHO GERAL

ATA N.º 6/2013

Reunião ordinária do Conselho Geral

-----No dia onze de setembro de dois mil e treze reuniram-se, pelas onze horas e dez minutos, na sala do Conselho Científico da Universidade dos Açores, os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda.-----

-----1. Período antes da ordem do dia (informação sobre o expediente recebido).-----

-----2. Votação da ata da reunião do Conselho Geral de 6 de junho de 2013.-----

-----3. Eleição do Secretário do Conselho Geral.-----

-----4. Informação ao Conselho Geral pela Reitoria, relativamente às condições do início do ano letivo 2013/2014, seguida de debate.-----

-----5. “Plano de Convergência” da Universidade dos Açores, para sustentabilidade da instituição. Debate precedido da apresentação pela Reitoria na decorrência da visita do Secretário de Estado do Ensino Superior.-----

-----6. Apresentação ao Conselho Geral do parecer prévio dos conselheiros externos sobre o Orçamento para 2014.-----

-----7. Debate e votação do Plano e Orçamento para 2014, precedida pela respetiva apresentação pela Reitoria.-----

-----8. Atualização das informações sobre a cobrança das propinas em atraso.-----

-----9. Informação ao Conselho Geral pela Reitoria, sobre o contributo institucional da Universidade dos Açores para o documento de Estratégia Nacional para o Mar 2013/20 (ponto transitado da ordem de trabalhos anterior).-----

-----10. Informação em torno da problemática da revisão estatutária da Universidade dos Açores (ponto transitado da ordem de trabalhos anterior).-----

-----11. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.-----

-----Para além do Presidente, doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, estiveram presentes os conselheiros Armindo dos Santos Rodrigues, César Manuel Faria Malheiro, Eduardo Manuel Vieira Brito de Azevedo, Gualter José Andrade Furtado, Hélder Manuel da Rosa Ávila, João Luís Roque Batista Gaspar, José António Tavares Resendes, Luís Duarte Pereira Terra, Luís Miguel Salvador Machado Gomes, Luís Paulo Ramos Freitas, Maria José Garoupa Bicudo, Maria Teresa Pinheiro de Melo Borges Tiago e Mário Alexandre Pousão da Costa Gata e Mário José Amaral Fortuna.--

-----Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores, estes dois últimos apenas durante a ‘apreciação’ do pontos 4, 5, 6, 7 e 8, bem como a Administradora do Serviços de Ação Social, durante a apreciação do ponto 7.-----

-----1. Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão e fez um breve resumo do expediente recebido, disponibilizando toda a documentação para eventual consulta dos conselheiros interessados.-----

-----2. De seguida, submeteu a votação a ata da reunião de seis de junho, sendo a ata aprovada por unanimidade.-----

-----3. Terminado o tempo para o período antes da ordem do dia, procedeu-se de imediato à eleição do Secretário do Conselho Geral. A votação foi feita por escrutínio secreto, obtendo-se os seguintes resultados:-----

-----João Luís Roque Baptista Gaspar: 8 votos-----

-----Luis Duarte Pereira Terra: 5 votos-----

-----Maria José Garoupa Bicudo: 1 voto-----

-----Votos em branco: 1 voto-----

-----Foi eleito Secretário do Conselho Geral o conselheiro João Luís Roque Baptista Gaspar.-----

-----4. Relativamente ao início do ano letivo 2013/2014, o Magnífico Reitor fez referência à análise feita pelo Conselho de Gestão à distribuição do serviço docente e ao facto de terem considerado não haver condições para a contratação de docentes convidados, face à inexistência de fundos disponíveis para o efeito. Aproveitou para informar que, na sequência das várias diligências junto da Tutela, e dado o montante total das despesas previstas, a única solução encontrada para se resolver a situação financeira da Universidade dos Açores seria pedir um aumento extraordinário de fundos disponíveis, de modo a poder efetuar-se a contratação dos docentes convidados, não havendo ainda uma resposta definitiva por parte do Ministério.-----

-----Após os esclarecimentos do Magnífico Reitor, foi aberta uma primeira ronda de intervenções, sendo intervenientes os conselheiros Mário Fortuna, Mário Gata, José António Resendes, Gualter Furtado, César Malheiro, Hélder Ávila, João Luís Gaspar, Eduardo Brito Azevedo, Maria José Bicudo e Luís Freitas.-----

-----O conselheiro Mário Fortuna questionou a Reitoria acerca do arranque do ano letivo, referindo que a não contratação dos docentes convidados irá inviabilizar o funcionamento de alguns cursos. Havendo necessidade de se definir o que fazer com a questão dos convidados, propôs, em situação extrema, utilizar-se os fundos da Fundação Gaspar Frutuoso para estas contratações em moldes a definir.-----

-----O conselheiro Mário Gata também exprimiu a sua preocupação sobre o início do ano letivo, dado que também tem docentes contratados no seu departamento.-----

-----O conselheiro José António Resendes referiu que embora a Universidade tenha de arranjar uma solução temporária para o arranque do ano letivo, também deve pensar no futuro, daí a necessidade de se transformar e de ter um plano estratégico equilibrado. Embora vendo com muita dificuldade que a Universidade consiga dar a volta sem um apoio externo, disse ainda que a Universidade tem de arranjar uma solução para conseguir justificar por que precisa de mais financiamento.-----

-----O conselheiro Gualter Furtado mostrou igualmente a sua preocupação em relação ao início do ano letivo e ao facto de não haver definições concretas, apontando para a necessidade de sair deste Conselho uma indicação de que o ano letivo vai decorrer na normalidade, mesmo que tenha de ser apresentada uma solução a curto prazo. Em relação ao Plano Estratégico, salientou que o Plano contém muitas incorreções, para além de gralhas e de um índice sem paginação, e alertou para a necessidade de haver quer um documento que faça um diagnóstico da situação da Universidade, quer um Plano que diga qual o rumo financeiro da Universidade.-----

-----O conselheiro César Malheiro reforçou algumas observações feitas anteriormente, dizendo que se deve encontrar soluções definitivas de receita, como por exemplo aumentando o número de alunos sem aumentar a despesa.-----

-----Em relação à questão das propinas, o conselheiro Hélder Ávila alertou para o facto de no último conselho ter sido aprovado o não aumento das propinas. Fez igualmente referência ao despacho do Magnífico Reitor sobre a não contratação de docentes/monitores, durante dez anos, dizendo que tal imposição só poderá prejudicar a Universidade, na medida em que, contratando professores mais novos, poderia contribuir para a redução das despesas.-----

-----O conselheiro João Luís Gaspar partilhou das preocupações dos restantes conselheiros sobre o arranque do ano letivo, afirmando que o Conselho Geral não recebeu a informação que havia solicitado relativamente à fundamentação dos pedidos de contratação de pessoal docente externo. Ao Conselho Geral foi enviada a distribuição do serviço docente que não permite responder ao que se pretendia saber em termos de orçamento. O que a Universidade precisa, afirmou, é de uma reforma estrutural profunda, não cabendo ao Conselho Geral apresentar um plano para tal, mas sim à Reitoria.-----

-----O conselheiro Eduardo Brito Azevedo reiterou que o problema não é a falta de mercado para projetos, pelo menos na sua área. O problema, afirmou, é conseguir executar os compromissos assumidos e recuperar a confiança perdida por parte das entidades financiadoras.-----

-----A conselheira Maria José Bicudo salientou a importância de se proceder às contratações dos docentes convidados para alguns cursos. Alertou, ainda, para a pertinência da Reitoria emitir para o exterior informação de que a Universidade vai funcionar no presente ano letivo, contrariando a que consta de que a mesma vai encerrar, prevenindo, assim, o eventual abandono desta instituição pelos estudantes.-----

-----Após a primeira ronda de intervenções foram prestados os seguintes esclarecimentos por parte da Reitoria:-----

-----Relativamente ao extrato do Conselho de Gestão de 16 de agosto, o Magnífico Reitor esclareceu que o despacho só refere o problema dos docentes convidados, devido à limitação dos fundos disponíveis, esperando que a autorização do aumento dos fundos disponíveis seja dada durante a semana que decorre ou no início da semana seguinte, o que não inviabiliza o funcionamento do ano letivo, que, segundo afirmou, pode arrancar com os docentes da casa. Quanto à necessidade de reestruturação da Universidade, referiu que esta reestruturação está prevista no Plano de Convergência a discutir no ponto seguinte. Em relação à proposta do conselheiro Mário Fortuna, no sentido haver uma intervenção por parte da Fundação Gaspar Frutuoso, para dar solução imediata à situação da Universidade, respondeu que os mecanismos ainda não estão criados, passando a palavra ao Vice-Reitor, para um melhor esclarecimento sobre o assunto.-----

-----O Vice-Reitor esclareceu que, a muito curto prazo, a única solução que a Universidade tinha para resolver o início do ano letivo seria a antecipação do aumento extraordinário dos fundos disponíveis, referindo que os vencimentos estão a ser pagos porque são compromissos já assumidos anteriormente, mas que a Universidade precisa de um milhão de euros para cobrir o défice dos fundos disponíveis. Acrescentou ainda que qualquer solução imediata é uma solução de curto prazo, que já não abrange o

segundo semestre. Quanto à proposta do conselheiro Mário Fortuna, informou que não se pode assumir o compromisso de contratar a Fundação Gaspar Frutuoso, pois, ao fazê-lo, a Universidade está automaticamente a assumir uma despesa, que terá de pagar no futuro, sendo o princípio o mesmo que estar a assumir outro tipo de despesa.-----

-----Numa segunda ronda de intervenções, intervieram os conselheiros Gualter Furtado, Armindo Rodrigues, Mário Fortuna, Eduardo Brito Azevedo, José António Resendes, João Luís Gaspar, Armindo Rodrigues, bem como o Presidente do Conselho Geral.-----

-----Na sequência dos esclarecimentos prestados pela Reitoria, o conselheiro Gualter Furtado propôs que se adiasse o início do ano letivo por duas semanas.-----

-----Ao mostrar a sua preocupação, o conselheiro Armindo Rodrigues questionou se será esta a Reitoria certa para resolver a situação e se será este o Plano certo. Quanto à proposta apresentada pelo conselheiro Mário Fortuna sobre a Fundação Gaspar Frutuoso, referiu que esta proposta deve ser muito bem discutida/debatida, pois pode por em causa os projetos de investigação que se encontram na Fundação.-----

-----O conselheiro Mário Fortuna insistiu na proposta de se encontrar uma solução para a Universidade através da Fundação Gaspar Frutuoso, dizendo que, se necessário, avança-se, como outra hipótese, com uma fatura extraordinária à Fundação, para a resolução do problema, devendo a Fundação assumir este 'compromisso'. Quanto ao planeamento do ano letivo, apontou para as várias falhas, dizendo que o despacho do Conselho de Gestão deveria ter sido enviado há mais tempo, para que os departamentos pudessem planear o início do ano letivo com antecedência.-----

-----Segundo o Presidente do Conselho Geral, esta solução da Fundação Gaspar Frutuoso deveria ser encarada como o plano B, para o caso de o Secretário de Estado do Ensino Superior não aceitar o pedido da Universidade.-----

-----O conselheiro Eduardo Brito de Azevedo mostrou a sua preocupação em relação à proposta do conselheiro Mário Fortuna, pois receia que se esteja a transferir para a Fundação Gaspar Frutuoso o que destruiu a Universidade.-----

-----Segundo o conselheiro José António Resendes, há que esclarecer, com a maior urgência possível, não só a questão da Fundação Gaspar Frutuoso, mas também a do IMAR, para se perceber até que ponto poderão ajudar a solucionar o problema da Universidade. Sendo imprescindível contratar todos os docentes, as unidades orgânicas deveriam indicar quais os docentes que podem fazer falta e os que poderão ser substituídos pelos docentes da casa. -----

-----O conselheiro João Luís Gaspar mencionou que transferir para a Fundação o problema da Universidade é um princípio que não deverá ser utilizado e alertou para a eventualidade de poderem existir impedimentos legais para tal.-----

-----Após a segunda ronda de intervenções, o Vice-Reitor esclareceu que o que poderá dificultar a aceitação do pedido de aumento de fundos disponíveis por parte do ministério é o facto de a Universidade estar a pedir este aumento para contratar pessoal, quando atualmente não estão autorizadas contratações de pessoal.-----

-----No final do debate, o Magnífico Reitor informou que o ano letivo vai começar conforme foi estipulado, ou seja, apenas com os docentes da casa, devendo as aulas dos docentes contratados começar quando a situação ficar resolvida. Mais, acrescentou que as unidades orgânicas iriam ser contatadas de forma a resolver a situação.-----



-----Os trabalhos foram interrompidos para almoço às treze horas e trinta minutos, tendo sido retomados às catorze horas e trinta minutos.-----

-----5. O Magnífico Reitor informou que, após várias diligências feitas junto do antigo e do atual Secretário de Estado do Ensino Superior, para estudar as várias hipóteses para resolver a situação da Universidade dos Açores, e na decorrência da visita do atual Secretário de Estado a 31 de agosto, o Ministério apontou para a necessidade de se avançar para um Plano de Convergência, com a duração de três anos, de modo a que a Universidade possa reduzir o défice. Neste Plano, foram contempladas três medidas principais de orientação, a saber: i) redução de pessoal, através das aposentações previstas e do pessoal excedentário; ii) eficiência na utilização dos recursos (relação com instituições públicas e privadas); iii) equiparação do valor da propina, em relação às outras universidades, prevendo-se que se possa atingir o equilíbrio em finais de 2016.-----

-----O Administrador aproveitou para informar que, em conversa com a pessoa que irá ficar responsável por este processo no Ministério, ficou determinado que a Universidade terá de cumprir com o Plano num prazo de três anos. Uma das medidas que não parece ser negociável e que tem maior peso é a que diz respeito à redução de pessoal em cerca de 10%, em que parte deverá vir das aposentações (cerca de um milhão e duzentos mil euros) e outra parte de pessoal considerado excedentário (cerca de meio milhão). Informou ainda que foi alertado não só para os cortes que se irão verificar nos orçamentos de 2015 e 2016, o que irá reduzir o orçamento da Universidade, mas também para a questão do empréstimo, que não está contemplado neste Plano de Convergência.-----

-----Mais, foi adiantado pelo Administrador que já existia um documento preliminar e que o mesmo estava a ser discutido com um assessor do Ministério, de modo a que o défice fosse de €1.150.000 em 2014, €850.000 em 2015 e de €0,00 em 2016. O Magnífico Reitor reforçou que o documento em apreço não foi distribuído e não era tão pouco sua intenção discutir o mesmo nesta reunião do Conselho Geral, e o Sr. Vice-Reitor sublinhou a urgência em se aprovar tal plano logo que concluído, o que se previa ter lugar dentro de poucos dias.-----

-----Numa primeira ronda de intervenções, entrevistaram os conselheiros Gualter Furtado, Mário Fortuna, Luis Terra, Luis Freitas, José António Resendes, João Luís Gaspar, Hélder Ávila, Mário Gata, Armindo Rodrigues.-----

-----Considerando que o Conselho Geral tem de ser ouvido antes de ser tomada qualquer decisão, o conselheiro Gualter Furtado estranhou o facto de o Plano não estar já escrito e não ter sido entregue aos conselheiros, ao que o Magnífico Reitor esclareceu que o Plano ainda está em negociações e que a intenção da Reitoria era apenas a de dar uma informação sobre o que estava a ser feito e dar conhecimento de que havia abertura por parte do Ministério.-----

-----Segundo o conselheiro Mário Fortuna, um plano desta natureza deveria ter princípios e metodologias bem claras e urgentes, sendo necessário saber quais os critérios de eficiência a adotar.-----

-----O conselheiro Luis Terra considerou inadmissível que este Plano seja aprovado pelo Ministério antes de ser aprovado pelo Conselho Geral, dizendo não perceber o

lv  
b

motivo por que o documento preliminar não foi distribuído, se esta reunião foi marcada antes de se ter avançado com a proposta.-----

-----Para o conselheiro Luis Freitas, sendo o Plano aprovado pelo Ministério, o que é importante saber é o que vai condicionar em termos de ação do Conselho Geral.-----

-----O conselheiro José António Resendes considerou ser um ponto positivo para a Universidade o facto de o Estado se comprometer a suportar o défice durante três anos, pois assim a Universidade poderá ficar com alguma folga para trabalhar e obter mais prestações de serviço, cabendo agora à Reitoria decidir como agir de acordo com o Plano que for aprovado.-----

-----Concordando com o que foi dito pelo conselheiro José António Resendes, o conselheiro João Luís Gaspar acrescentou que a questão da metodologia é a única margem de manobra que a Universidade tem, devendo a mesma ser feita pela Reitoria em colaboração com as unidades orgânicas e com os próprios serviços administrativos. No entanto, mostrou alguma preocupação em relação ao tempo, por considerar absolutamente impossível avançar com a definição de medidas específicas num curto espaço de tempo e sem estar terminado o levantamento da situação da Universidade que está em curso. Por fim, pretendeu saber se o que a Reitoria estava a fazer era a informar o Conselho Geral que está a negociar com o Ministério um Plano para posteriormente o submeter internamente para análise e aprovação, ao que o Magnífico Reitor respondeu afirmativamente.-----

-----O conselheiro Hélder Ávila recordou que até agora não tem sido focada a angariação de alunos, apelando para a necessidade de se focar os aspetos positivos, como, por exemplo, o bom relacionamento entre professores e alunos, evitando informações incorretas, como as que têm surgido.-----

-----Tanto o conselheiro Mário Gata como o Presidente do Conselho Geral, aconselharam a Reitoria a manter o Governo Regional ao corrente da situação, antes de este Plano avançar, para saber se é esta a Universidade que o Governo pretende para a Região.-----

-----Segundo o conselheiro Armindo Rodrigues, o Conselho Geral tem de ter uma palavra decisiva no que pretendem que seja a Universidade dos Açores.-----

-----Após o período de intervenções, o Vice-Reitor esclareceu que existe um conjunto de questões que ainda estão em aberto, sendo que, das três medidas, a mais sensível tem a ver com a redução de pessoal. Relativamente às despesas com pessoal, acrescentou que se prevê uma redução de 350.000€ até 2015, que terá de estar refletida no orçamento para 2015, esperando-se que em 2016 este compromisso chegue ao meio milhão de euros. Em relação à propina, informou que o valor atual encontra-se um bocado desajustado. Por fim, referiu que, no 1.º trimestre de 2014, a Universidade deveria apresentar um regulamento que diga concretamente o que irá fazer. -----

-----No final das intervenções a conselheira Teresa Tiago propôs ao Magnífico Reitor que envie o documento ao Presidente do Conselho Geral, para ser posteriormente reencaminhado para os conselheiros, para conhecimento.-----

-----6. Em seguida, o Presidente do Conselho Geral deu conhecimento do Parecer emitido pelos conselheiros externos, sobre o Plano e Orçamento da Universidade dos Açores para dois mil e catorze, fazendo referência aos aspetos mais salientes do Parecer, que ficará apenso à presente ata.-----

-----7. Antes de se dar início ao debate e à votação do Plano e Orçamento para 2014, o Magnífico Reitor prestou os devidos esclarecimentos, dizendo que a Universidade irá sofrer um corte efetivo de 5%, devendo ficar com um défice de 1,9 milhões de euros no final do ano.-----

-----O Vice-Reitor informou que é possível mudar o défice ao longo dos anos, havendo um trabalho paralelo que está a ser desenvolvido para equilibrar o défice. Sobre o Plano de Atividades, informou ainda que, apesar de quantificar as vertentes de ensino e de investigação, ainda tem de ser melhorado e mais acompanhado do ponto de vista financeiro.-----

-----A Administradora dos Serviços de Ação Social informou que, para 2014, aqueles Serviços irão manter a atividade igual à do ano anterior, de modo a garantir um orçamento equilibrado.-----

-----Antes de dar início à primeira ronda de intervenções o Presidente do Conselho Geral referiu que o Plano de Atividades encontra-se perfeitamente desadequado em relação ao orçamento, havendo necessidade de o refazer, fazendo incidir a atenção sobre os constrangimentos que pesam sobre a Universidade, de modo a refletir a situação da Universidade, para condizer com o próprio orçamento.-----

-----Aberto um período de debate, foram intervenientes os conselheiros Gualter Furtado, José António Resendes, Mário Fortuna, Hélder Ávila e Eduardo Brito Azevedo.-----

-----Segundo o conselheiro Gualter Furtado, em termos gráficos, este documento devia ser revisto, pois apresenta algumas gralhas, devendo ser colocada paginação no índice; em relação à execução das propinas, este orçamento mostra, em termos de conteúdo, uma queda muito significativa relativamente ao ano anterior e não reflete a situação da Universidade.-----

-----O conselheiro José António Resendes apontou para a falta de ligação entre o Plano Estratégico que está em vigor e este Plano de Atividades, bem como para a falta de informação relativa à investigação e à prestação de serviços, dizendo que, na investigação, era importante apresentar outros objetivos que tenham sido atingidos e os resultados concretos obtidos. Havendo um plano de comunicação e imagem, alertou para a necessidade de a Universidade apostar mais na sua imagem.-----

-----Relativamente ao orçamento em si, o conselheiro Mário Fortuna subscreveu a proposta de parecer dos membros externos, dizendo que, para além de considerar que as propinas estão sobre orçamentadas, o orçamento não cumpre com o que está previsto, pois não inclui a repartição do orçamento por unidades orgânicas, e as considerações finais do plano dão a entender tratar-se de situações fictícias.-----

-----Em relação aos Serviços de Ação Social, o conselheiro Hélder Ávila lamentou o facto de não ter visto nada contemplado a nível do desporto no polo de Angra do Heroísmo, ao que a Administradora daqueles Serviços respondeu que, apesar de reconhecer esta falha, devido às restrições financeiras houve necessidade de se avançar com o que era prioritário, como as obras do bar em Ponta Delgada.-----

-----O conselheiro Eduardo Brito Azevedo pretendeu saber se as verbas dos projectos de investigação iam estar disponíveis ou se iam ser aplicadas novamente noutros fins em resultado da Lei dos Compromissos.-----

*mlf*  
*z*

-----No que diz respeito à investigação, o Administrador explicou que o que está no orçamento é o que foi indicado pelo próprio Ministério a nível da FCT e que, também por indicação do Ministério, não se deveriam contemplar no orçamento os projetos que já se encontram na Fundação Gaspar Frutuoso, nem os projetos que irão ser transferidos para a Fundação. Em resposta ao conselheiro Gualter Furtado, informou que as prestações de serviços que não estão na Universidade não devem ser orçamentadas; relativamente às propinas, o somatório do valor indicado pelas unidades orgânicas é o que está indicado no orçamento, ou seja, três milhões e meio de euros.-----

-----O Magnífico Reitor esclareceu que o Plano de Atividades foi feito na ótica do que era desejável fazer, embora reconheça com algum pesar, que a Reitoria não está a conseguir cumprir com o que foi planeado no Plano Estratégico.-----

-----Ainda sobre o orçamento, o Vice-Reitor recordou que o que foi introduzido na plataforma do Ministério não pode ser alterado.-----

-----Os conselheiros José António Resendes e Mário Fortuna propuseram o adiamento da votação do Plano e Orçamento, tendo o conselheiro Mário Fortuna acrescentado que qualquer plano que venha a ser feito tem de passar pelas unidades orgânicas.-----

-----Concordando com o exposto, o conselheiro João Luís Gaspar apresentou a seguinte proposta para efeitos de votação: “Face às condições que envolvem a proposta de orçamento para 2014, incluindo as negociações em torno do Plano de Convergência e as implicações que este terá na definição do Plano de Atividades para o mesmo período, o Conselho Geral decide adiar a discussão e votação do Plano e Orçamento para 2014.”-----

-----A proposta foi levada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade (14 votos a favor). Nesta votação não está contemplado o voto do conselheiro Hélder Ávila, por estar ausente na altura da votação.-----

-----8. Relativamente à questão da cobrança de propinas em atraso, o Magnífico Reitor informou que os alunos que tinham propinas em atraso já tinham sido notificados, pois estando a dívida registada, a mesma teria de ser cobrada, tendo acrescentado que já estavam a ser analisados os dados relativos a 2005/2006.-----

-----Sobre o assunto, e mais precisamente no que diz respeito aos mapas com o resumo das dívidas em atraso, o conselheiro Luís Terra questionou as diferenças de valores respeitantes ao ano letivo de 2008/2009, tal como constam dos mapas enviados para a reunião de 8 de julho pp. e para esta, a saber, nos valores de, respetivamente, €527.646,00 e €309.006,00, o que dá, acrescentou, uma diferença de €218.640,00, correspondente a 41,43% só neste ano letivo, ao que o Administrador esclareceu que, não se sabendo naquele momento a que se devia essa diferença, tal iria ser apurado junto dos Serviços Académicos, estando previsto que esta matéria esteja totalmente tratada, em termos de notificações, até ao fim de 2013.-----

-----A conselheira Teresa Tiago mostrou o seu interesse em conhecer a percentagem real de incumprimento das propinas.-----

-----O conselheiro Luis Freitas pretendeu saber se a Universidade já recebeu alguma notificação sobre o processo de impugnação relativamente à cobrança de propinas, questionando o Magnífico Reitor sobre o que a Reitoria pretende fazer em relação à queixa dos alunos feita à Inspeção Geral do Ensino Superior.-----



-----O conselheiro José António Resendes pretendeu saber qual a justificação da Reitoria para esta situação tendo em conta as dificuldades financeiras com que se depara, salientando que a cobrança destas dívidas é uma prioridade absoluta.-----

-----O Vice-Reitor esclareceu que a cobrança das propinas irá ser feita numa base anual, para evitar a acumulação da dívida e que todos os alunos que se inscreveram e que têm propinas em atraso em relação ao ano transato serão automaticamente notificados. Informou ainda que, relativamente a 2012/2013, ainda existem alguns alunos com propinas em atraso.-----

-----Dado o adiantado da hora, os pontos 9, 10 e 11 da agenda foram adiados para próxima reunião.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral



Ricardo Madruga da Costa

O Secretário do Conselho Geral

  
João Luís Roque Baptista Gaspar